



A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO MEIO NATURAL NA AMAZÔNIA PARAENSE¹

Ana Cláudia Alves de Carvalho²

RESUMO

Com o objetivo de caracterizar o meio natural considerando a configuração espacial como aspecto delimitador diante das transformações espaciais ocorridas na Amazônia paraense. Tendo como horizonte temporal o ano de 1616 marca a fundação da cidade de Belém, e assim o início da formação da futura Companhia Geral do Pará e do Maranhão, definido como ponto de partida, e 1966 data o princípio da “Operação Amazônia”, conjunto de investimentos voltados para o desenvolvimento da região, como ponto de chegada. Busca-se na periodização propor períodos para demarcar as maiores rupturas, enfatizando as metamorfoses espaciais. Assim, caracteriza-se três períodos, que denotam as principais configurações espaciais existentes na Amazônia paraense e como estas se transformaram, ao longo dos séculos. Uma 1º configuração espacial indígena, em um meio natural tribal, uma 2º configuração espacial colonial, e uma 3º configuração espacial estatal. Pensando a metodologia analítica da pesquisa compreende-se que o espaço é a categoria fundamental para se compreender a ideia de período, evento e periodização em Santos (2008). Enquanto metodologia operacional, realizou-se revisão bibliográfica acerca da Amazônia paraense no período de 1616 a 1966, para assim construirmos a base de dados necessária ao entendimento das configurações espaciais.

Palavras-chave: Configuração espacial, Amazônia paraense, Processo e Meio natural.

ABSTRACT

With the objective of characterizing the natural environment considering the spatial configuration as a limiting aspect in face of the spatial transformations that took place in the Amazon region of Pará. Having as time horizon the year 1616 marks the foundation of the city of Belém, and thus the beginning of the formation of the future General Company of Pará and Maranhão, defined as the starting point, and 1966 dates the beginning of “Operation Amazon”, together investments aimed at the development of the region, as a point of arrival. The periodization seeks to propose periods to demarcate the biggest breaks, emphasizing spatial metamorphoses. Thus, three periods are characterized, which denote the main spatial configurations existing in the Amazon region of Pará and how these have been transformed over the centuries. A 1st indigenous spatial configuration, in a tribal natural environment, a 2nd colonial spatial configuration, and a 3rd state spatial configuration. Considering the analytical methodology of the research, it is understood that space is the fundamental category to understand the idea of period, event and periodization

¹ Este artigo é parte de uma tese de doutorado ligada ao projeto de pesquisa: Formação territorial e rural da Amazônia – FORTRAM, realizado pelo grupo de pesquisa “Dinâmicas territoriais do espaço rural da Amazônia” – GDEA. A tese conta com financiamento da CAPES durante seu desenvolvimento.

² Doutoranda do programa de pós-graduação em geografia pela Universidade Federal do Pará - UFPA, carvalho_anaclaudia@yahoo.com.br;



in Santos (2008). As an operational methodology, a bibliographical review was carried out on the Amazon region of Pará from 1616 to 1966, in order to build the database necessary to understand the spatial configurations.

Keywords: Spatial configuration, Amazon region of Pará, Processes and Natural environment.

INTRODUÇÃO

Compreender a formação da Amazônia paraense consiste em um desafio aqui proposto, onde a leitura geográfica tem papel importante nesta análise, que almeja dar ao espaço o papel de protagonista. Com o objetivo de caracterizar o meio natural na Amazônia paraense, considerando a configuração espacial como aspecto delimitador diante das transformações espaciais ocorridas na Amazônia paraense, no período de 1616 a 1966.

Busca-se na periodização propor períodos para demarcar as maiores rupturas, enfatizando as metamorfoses espaciais. Assim, caracteriza-se três períodos, que denotam as principais configurações espaciais existentes na Amazônia paraense e como estas se transformaram, ao longo dos séculos. Uma 1º configuração espacial indígena, em um meio natural tribal, uma 2º configuração espacial colonial, e uma 3º configuração espacial estatal.

Inicialmente torna-se importante tratar do conceito de configuração espacial em Milton Santos, questão que fundamenta a análise, não se tratando de uma discussão epistemológica, mas de deixar claro, o conceito usado na análise. A paisagem e a configuração espacial compõem o espaço, estas são dimensões que podem ser apreendidas dele, a paisagem sendo uma dimensão parcial e a configuração territorial como um sistema, “o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade” (SANTOS, 2008, p. 85).

METODOLOGIA

Pensando a metodologia analítica da pesquisa compreende-se que o espaço é a categoria fundamental para se compreender a ideia de período e periodização em Santos (2008). Quando o autor fala de periodização é indispensável termos em mente a noção de



regime e ruptura proposto, onde o regime é composto por um conjunto de variáveis funcionando harmonicamente, por um longo pedaço de tempo, cuja evolução não é homogênea, e sempre haverá desníveis entre as diversas variáveis. Ou seja, há uma organização que permite as coisas funcionarem durante um certo período, apesar do movimento da sociedade. Quando tal organização entra em crise e deixa de ser eficaz, acontece ali uma ruptura. E assim surge um novo período, composto por outra organização das variáveis.

Enquanto metodologia operacional, realizou-se revisão bibliográfica acerca da Amazônia paraense no período de 1616 a 1966, para assim construirmos a base de dados necessária ao entendimento da configuração espacial da área de estudo. Definimos dois momentos importantes para a execução da pesquisa. Em um primeiro momento, realizou-se a formação de uma base teórica sobre a noção de período, periodização e meios geográficos sob influência de Santos (2001, 2008), além do referencial teórico sobre o conceito de configuração espacial, em seguida, meios geográficos na Amazônia enfatizando a ideia de meio natural em Nahum (2019).

Um segundo momento, realizou-se investigação e levantamento bibliográfico sobre as obras que tratam da Amazônia em diferentes momentos de sua estruturação, começando pelas contribuições dos viajantes, com suas narrativas e incríveis descrições que construíram um imaginário do que a Amazônia podia ser. Logo após, buscou-se analisar as obras que trataram da formação da Amazônia, em seu processo de colonização e estruturação como um todo, considerando o período investigado que corresponde de 1616 ano de fundação de Belém até 1966, quando se estabelece o meio técnico na Amazônia. Com isso, definiu-se quais obras seriam aprofundadas e como cada uma delas com seus focos diferenciados e dentro dos seus campos científicos ajudariam neste desafio que é caracterizar a configuração espacial neste horizonte temporal.

REFERENCIAL TEÓRICO

A configuração territorial para Santos, (2008, p.83) “[...] é o território mais um conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”, tais objetos espacializados exprimem uma relação com o lugar e são explicados por ele, sendo também fundamentais na análise espacial. “[...] é o conjunto total, integral,



de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível [...]” (SANTOS, 2008, p.85).

“Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial oferecem-nos, no transcurso histórico, espaços diferentes” (SANTOS, 2008, p. 85). Dessa maneira, observa-se que as formas espaciais no decorrer dos períodos estão sempre envoltas pela sociedade e assim pelas dinâmicas sociais, que movimentam-se constantemente, esse seria o motor que leva os elementos que compõe o espaço a permanente metamorfose.

Caracterizar a configuração espacial da Amazônia paraense em uma periodização, significa propor períodos onde estas configurações espaciais apresentem diferenciações, e assim enfatizar os processos que as levaram a diferenciar-se, além da caracterização dos elementos espaciais que compõe tais configurações. A configuração espacial será a variável que conduzirá a periodização. Trata-se de uma periodização construída com base em uma bibliografia acerca da formação da Amazônia paraense, trabalhos que se dedicaram a analisar a formação da Amazônia a partir de 1616. Onde são destacados processos espaciais que compõem o meio natural e a configuração espacial ganha forma através dos processos ocorridos no espaço.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

A análise das mudanças na configuração espacial, bem como traços da configuração espacial fruto do modo de vida indígena, apresenta características dos seus povoamentos, anteriores ao contato, que dão origem a formação das aldeias, povoados, vilas, e mais tarde as cidades. O papel das sesmarias e das capitanias privadas é evidenciado no processo de povoamento da Amazônia. A divisão estatal até a instituição do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e o seu desmembramento em 1772. A abertura dos portos em 1808, e a Lei de Terras em 1850, foram processos que impulsionaram de forma mais direta as transformações na configuração espacial. E como tais transformação alteraram e influenciaram a formação espacial da Amazônia paraense.

Nesta análise dos processos ocorridos na formação da configuração espacial são identificados três principais momentos, ou seja, três configurações espaciais presentes



durante esses três séculos e meio na Amazônia paraense, a 1ª Configuração espacial, intitula-se “configuração espacial indígena”, pois se estabelece em um meio natural tribal. Tal configuração foi caracterizada por uma diversidade na ocupação por parte dos grupos indígenas que habitavam a Amazônia paraense, apresentando-se na várzea um povoamento em concentração, e na terra firme uma dispersão. Meggers (1987) apresenta este padrão de povoamento dos Jívaros na terra firme e dos Omaguas nas áreas de várzea.

Acompanha-se em Meggers (1987) essa configuração espacial por volta do século XVI e XVII, uma espacialização tendo como referência seus modos de vida. Esses traços iniciais apresentados por ela compõem um conjunto heterogêneo de formas, tão diversos quanto os grupos indígenas presentes em seu estudo. A configuração espacial construída por eles como sendo uma junção entre adaptabilidade ao meio e do meio. As paisagens ganham novos elementos e ao mesmo tempo a vida se transforma, sendo moldada ao espaço.

Dessa forma, pode-se ter como base uma diferenciação inicial que envolve a configuração espacial da Amazônia, onde neste período anterior ao contato os grupos indígenas se localizavam de maneira dispersa, tanto na terra firme como na várzea. A localização destas tribos de acordo com Meggers (1987) está diretamente ligada ao modo de vida e a cultura alimentar que se diferencia em alguns pontos das tribos localizadas nas áreas de várzea.

A presença indígena marcava o meio natural compondo uma configuração espacial ligada as diversidades eminentes a cada grupo, cada um deles possuía diferenciações referentes a adaptações quanto ao seu habitat, cultura alimentar, casa, costumes etc.. Isso deve ser destacado pois, pode ser indicado por exemplo, na terra firme um padrão referente as casas na paisagem, de modo circular e na várzea outro, ao longo do rio de maneira linear.

As diferenças entre um povoamento indígena localizado na várzea e um na terra firme nos ajuda a ter a dimensão espacial dessas áreas povoadas e dos inumeráveis grupos localizados na Amazônia. Cada uma com suas peculiaridades e com seus modos de vida e relações com o espaço. Esse “padrão espacial” se repetem, uma forma de configurar os objetos espaciais diante do meio. Bates (1979) escreve um pouco a respeito da diferenciação da população aborígine do estuário do Pará.

As margens do Pará eram primitivamente habitada por várias tribos distintas, as quais tinham costumes bastante semelhantes aos dos nativos do litoral,



desde o Maranhão até a Bahia. A história registra que uma grande tribo, a dos Tupinambás, emigrou de Pernambuco para o Amazonas. Um fato para parece incontestável: todas as tribos do litoral tinha um grau de civilização muito mais adiantado e maneiras muito mais afáveis do que os selvagens que habitavam o interior do Brasil essas tribos viviam em aldeias e se dedicavam a agricultura. (BATES, 1979, p. 39).

Esse aspecto referente ao grau de civilização mais adiantado, dito por Bates (1979), se dá devido ao fato de estarem no litoral e assim, tendo um maior contato com outros grupos que por ventura possam ter, em relação aos que vivam isolados no interior do território. A configuração espacial nesse momento tinha o sistema fluvial como um importante aspecto, pois os fluxos se davam pelo rio, e sempre foi salientado nas narrativas dos viajantes, como um aspecto singular da região. Bates (1979) destaca isso ao descrever uma de suas excursões pelo rio Iritiri, onde se deparou com vários riachos, e descreveu as características do sistema fluvial.

O Maguari é um magnífico canal; suas inúmeras ramificações formam o verdadeiro labirinto no terreno que se caracteriza por sua pouca elevação. Todos esses riachos do estuário do Pará não passam, na realidade, de canais. As terras são tão planas que os cursos da água locais, de curta extensão, não tem nascente nem correm numa determinada direção como os rios que geralmente conhecemos. Eles ajudam a drenar o terreno, mas ao invés de uma corrente continuar num determinado sentido eles têm um movimento regular de fluxo e refluxo, de acordo com a maré. Os nativos chamam-nos de Igarapés, que na língua tupi significa “caminhos das Canoas”. (BATES, 1979, p. 38).

Tais “caminhos das canoas” exerciam uma função muito importante na configuração espacial, por serem inúmeros possibilitavam o transporte aos mais remotos lugares. A partir desse sistema fluvial múltiplo pode-se observar a espacialização das casas e das aldeias em si, estando elas intimamente ligadas a adaptações ao espaço, isso pode ser visto quando Meggers (1987) descreve as características das aldeias da várzea. “Uma disposição linear de casas é natural numa aldeia orientada para a exploração da base e é uma característica de povoamento ribeirinho, de maneira geral.” (MEGGERS, 1987, p.200). Essa configuração espacial caracterizada por um intenso sistema fluvial dá origem aos povoados ao longo dos rios, onde o rio também exerce o papel de fornecedor de alimento, e cuidador da vida.

Na 2ª Configuração espacial, intitulada de “configuração espacial colonial” as intencionalidades do projeto colonial já se fazem presentes no espaço, e é imposto um padrão através do estabelecimento das missões, que crescem e transformam-se em



aldeias, em seguida povoados. As missões podiam variar de tamanho, de estrutura, também nos gêneros cultivados e nas atividades desenvolvidas, e na quantidade de habitantes, como afirmou Porro (1992, p.190), estas tornaram-se “postos de abastecimento de índios amansados”, a imposição de novos modos de vida, uma dedicação maior ao trabalho, uma nova língua, foram os direcionamentos estipulados nessas missões.

As missões possuíam um “Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará”, com uma serie de diretrizes direcionavam a administração dos aldeamentos a garantirem os direitos de liberdade e assalariamento dos indígenas. Este possuía várias leis complementares, como: “[...] o Alvará de 1688 (Alvará dos Resgates) e as Provisões de 1718 e 1728 (sobre os descimentos), o sistema implantado pelo *Regimento das Missões* vigorou até 1757, quando foi substituído pelo Diretório dos Índios”. (MELO, 2009, p. 86).

A partir do contato observam-se transformações, resultado do primeiro regimento das missões de 1686, que não só administrativamente vem efetivar novos agrupamentos indígenas promovidos pela força, como vem coabitar com as povoações indígenas que se mantiveram “livres”. Além disso, a localização de algumas das missões passam a ser escolhidas em pontos estratégicos para servirem de defesa do território, gerando uma maior dispersão das missões, que passam a ter um papel político, direcionado a também povoar o interior da Amazônia.

Dessa maneira se estabelecem as primeiras ações mais amplas de apropriação do Estado. Podemos destacar a primeira sendo através das sesmarias, ainda como uma forma de povoar estas terras aos donatários, do século XVII ao XVIII. Segundo Chambouleyron (2011, p. 4), na capitania do Pará no período de 1694 a 1705, das 40 sesmarias confirmadas pelo rei, 15 eram para cidadãos que moravam em Belém, outras 20 a pessoas que se diziam morar em Belém e as 5 demais a pessoas cuja localização da moradia não foi identificada.

Além das doações de sesmarias a posse da terra se dava também através da exploração econômica, por estar cultivando-a, o indivíduo solicitava a concessão. Sendo importante ponderar que as terras requeridas e possivelmente já ocupadas não necessariamente eram próximas a cidade, estavam espalhadas por Acará-Moju e Capim-Guamá. Estabelecia-se assim uma relação entre Belém e as áreas de ocupação da terra, que mantinham um fluxo com a cidade de Belém. Outra característica é a descontinuidade



das terras, devido à diversidade das condições ecológicas das áreas, e por isso eram marcadas por uma “espacialidade da produção” (CHAMBOULEYRON, 2011, p.9). Isso pode ser observado abaixo, as diversas culturas e atividades sendo produzidas cada uma em um lugar diferente, respeitando as melhores condições ecológicas a sua melhor adequação.

No Grão-Pará, o gado se concentraria na ilha do Marajó, e a plantação de canaviais notadamente nos rios Moju e Acará. O rio Guamá, como também o Capim, parece ter se “especializado” no cultivo do cacau. Assim, para os cidadãos de Belém, a policultura implicou a solicitação de terras discretas, a menor ou maior distância, que passaram a compor o multifacetado patrimônio de uma “nobreza da terra”. Um último exemplo é o de José da Costa Jordão, cidadão de Belém, que plantava tabaco e “mais frutos da terra” no Moju, tinha gado no rio Atua, ilha do Marajó, e possuía um cacau no Jenipaúba. (CHAMBOULEYRON, 2011, p.9).

Chambouleyron (2006) denomina esse processo como sendo a entrada de uma lógica de ocupação do espaço pela agricultura, afirmando que essa exploração econômica do território “[...] dependia de outras formas de mão-de-obra, de transporte e de ocupação mesma, diferentes daquelas ligadas à busca das drogas no sertão.” (CHAMBOULEYRON, 2006, p.19), o que também ocasionava uma dispersão populacional, em função dessa exploração agrícola, havendo um deslocamento constante entre as vilas, a cidade e as terras doadas.

As concessões de terras e o fluxo entre elas e Belém garantem uma dinâmica transformadora que juntamente com a lógica econômica que determina a expansão da agricultura, estas acarretam novos usos desse espaço. Esta metamorfose ocorre impulsionada pelo projeto colonial, que aos poucos vai implantando através das suas políticas uma configuração espacial que melhor contribua para a expansão da sua produção.

E na 3ª configuração espacial identificada intitulada de “configuração espacial estatal”, seguindo o movimento a partir das capitânicas privadas - vilas - povoações - cidades. A expansão portuguesa se deu através das concessões de terra a exemplo as seismarias, outra forma foi por meio das capitânicas privadas, que durante o século XVII instituiu-se na região “[...] Tapuitapera e Cameté (pertencentes à família Albuquerque Coelho de Carvalho), Caeté (Álvaro de Sousa), Cabo do Norte (Bento Maciel Parente) e Ilha Grande de Joanes (Antônio de Sousa de Macedo).” (CHAMBOULEYRON, 2006, p.



11). O estabelecimento de uma capitania privada significava a formação de uma vila, com o objetivo agrícola e defensivo, com a instalação de colonos a produção agrícola se desenvolvia.

As vilas e os lugares se tornam de acordo com Coelho (2005), centros de irradiação da autoridade metropolitana, dar nomes portugueses as novas vilas também era uma forma de apagar a cultura nativa e estabelecer elos com a nova cultura. De acordo com os registros de Baena (2004, p. 226), aspectos referentes a configuração territorial das vilas são apresentadas, localizações, quais culturas são mais produzidas, se há presença da igreja, qual o padroeiro, número de moradores, se são em sua maioria indígenas ou não, etc., como podemos observar a seguir:

Boim: vila assentada na borda esquerda do rio Tapajós sobre uma dilatada e aprazível planura seis léguas antes de chegar à Vila de Pinhel. Consta a população de setecentos e oitenta índios e mamelucos. Estes moradores no emprego, que fazem do tempo, não diferem dos das outras povoações do Tapajós: todos vivem a vida na mais extrema miséria: a caça é em geral o seu sustento aventureiro, e para havê-la à mão tem toda a destreza, que adquirem desde que se lhe abre a flor da idade. (BAENA, 2004, p. 226).

Dentre as características das vilas é possível observar que elas se diferenciam muito quanto ao tamanho e estrutura, porém apresentam aspectos semelhantes, por exemplo casas de palha, a presença da igreja, localização as margens de um rio, população com indivíduos mamelucos e indígenas. “A metrópole se fortalecia com a transformação do sertão amazônico em uma paisagem domesticada: com as aldeias volvidas em vilas e as matas tornadas roças.” (COELHO, 2005, p.202).

A diversidade entre os lugares, as vilas e as missões compõem esse conjunto de elementos espaciais. Suas especificidades implicam as vivências nele, sua origem, tamanho, composição, como no exemplo de Itaituba, este é apresentado por Baena (2004) como sendo um lugarete, vinculado a Vila de Pinhel. Assim, com o crescimento das vilas outros lugares ao redor passam a crescer, tornando-se um conjunto de pequenos lugares, e assim crescem como povoados.

A partir do governo de Mendonça Furtado, que tinha como um de seus propósitos desenvolver a colônia intensificou-se a formação de novas vilas e povoações, impulsionados pela chegada de imigrantes a fim de estabelecer o povoamento na Amazônia. “Até o final do século, o Estado contava com mais de noventa povoações,



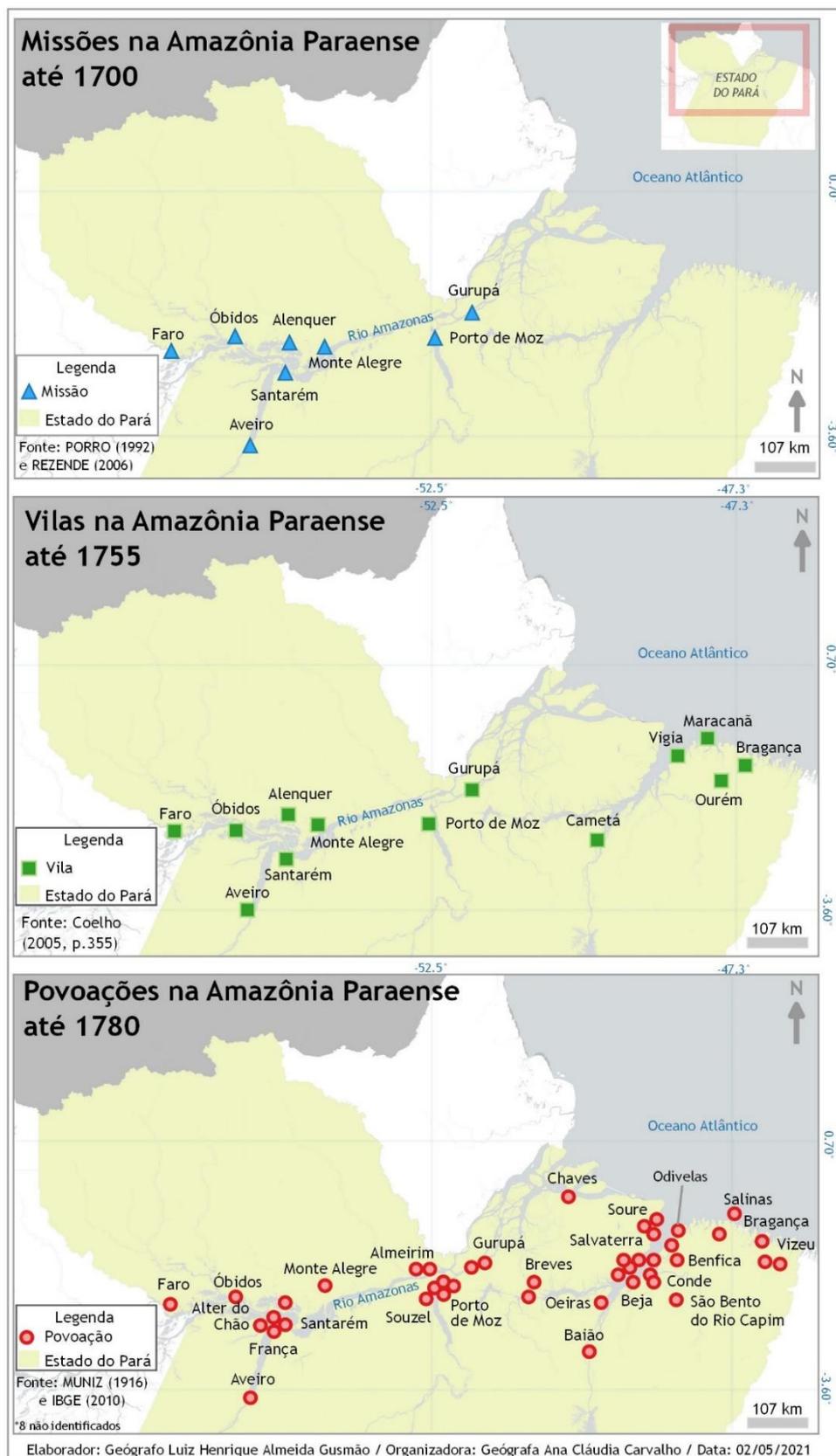
sessenta delas na Capitania do Pará, grande parte das quais fundadas no governo de Mendonça Furtado.” (COELHO, 2005, p.201).

A espacialização destas povoações ao longo do Rio Amazonas cresce, concentrando-se no nordeste paraense. Essa expansão se refere também ao estabelecimento dos fortes propostos por Marques de Pombal, as povoações como lugares que convergem de várias vilas. Torna-se importante destacar que nem todas as vilas se tornam povoações, muitas permanecem vilas, da mesma forma na constituição das cidades.

A política de incentivo a imigração, a doação de terras, o estímulo ao povoamento que dá origem as missões, vilas e povoamentos foram fundamentais nesse processo. O mapa 1 apresenta as três representações cartográficas juntas, como em uma coleção de mapas, que ajudam a analisar melhor o desenvolvimento deste processo. Um processo que não é de ocupação ou povoamento do espaço, visto que este era habitado antes do contato, mas trata-se de um processo de institucionalização do espaço, aos moldes do projeto colonial, que produz um meio natural de acordo com as condições naturais da Amazônia paraense, a fim de melhor alcançar seus objetivos mercantis.



Mapa 1- Coleção de representações: Missões, Vilas e Povoações na Amazônia paraense.



Fontes: Organizado por Carvalho (2021).



A representação de oito missões em 1700 demarcam o início do processo de agrupamentos dos povos indígenas, essa aproximação conturbada que é o contato com os europeus se estabelece com localizações estratégicas, assim como a dos fortes que são inseridos compondo essa produção do meio natural. As missões assim como os fortes espalham-se também no sentido leste, transformando-se em aldeias, contendo uma diversidade cada vez maior de grupos nativos.

A partir de Pombal há um direcionamento político que institui os diretórios e as vilas, movimento que dá maior autonomia aos lugares, que passam a ter os próprios colonos como seus diretores. Das oito missões no ano de 1700, há uma expansão para treze vilas em 1755, este número continua crescendo através da formação de novas vilas. Que em 1780 somam quarenta e três povoações, sendo necessário destacar que a representação mostra apenas as povoações, havendo nesse período ainda alguns lugares instituídos como vilas, estes não aparecendo na representação, assim como os lugares que não são vilas, estes podemos dizer que são menores do que vilas, denominados por “lugares”.

Como já foi dito os processos são dinâmicos e é importante enfatizar que a transformação das vilas em povoados é um processo que não acontece de maneira homogênea, algumas vilas se transformam em povoados, outras permanecem vilas, ou seja, nem todas se tornarão cidades, muitas se mantem por mais tempo como vilas. Sobre a representação cartográfica, a definição deste período ocorre em função da disponibilidade dos dados que foram levantados, sendo este de 1637 a 1780, nesta coleção.

O processo de metamorfose da configuração espacial se dá fundamentada a um conjunto de variáveis que se relacionam no meio natural, entre eles aspectos políticos que condicionam transformações, desenhando novos contornos espaciais no meio natural. Para melhor analisar o processo de criação dos municípios paraenses é necessária maior aproximação quanto a tais questões.

Após o processo de independência do Brasil em 1822 e do Pará em 1823, quando o país deixa de ser colônia estabelece-se a Constituição de 1824, nos artigos 167 e 169, que observa a obrigatoriedade das cidades e vilas possuir casas legislativas municipais, tendo apenas poder administrativo. No período colonial (1616 a 1808) vigoram as missões, aldeias, vilas e povoados, na transição deste para o período imperial (1808 a



1889) algumas vilas e povoados passam a ganhar centralidade, a disputa por autonomia se dava, quando o controle era reivindicado tanto pela esfera federal quanto pela estadual.

De acordo com Cigolini (2015, p. 8) durante o período imperial, “[...] as emancipações ocorriam, em maior ou menor número, independentemente de fatos como instabilidade/estabilidade política e do embate centralização x descentralização.” Desse modo, a criação de municípios se dava em todas as províncias, desde o final do período colonial até o imperial. No Pará, foram criados 14 no período colonial e cerca de 25 no período imperial. Entretanto, trata-se em alguns casos de vilas e povoados que tiveram sua origem no período colonial e apenas se emanciparam no período imperial.

Na atual Região Norte, na Província do Pará, foram criados municípios na ilha do Marajó e nos arredores de Belém. No sul da Província, desde a divisa com o Amazonas, a oeste, até o rio Tocantins, a leste, não havia nenhuma municipalidade. No território que hoje constitui o atual Estado do Amapá, na época parte do território do Pará, foi criado o Município de Mazagão, em continuidade com a malha de municípios criados no Pará. (CIGOLINI, 2015, p. 10).

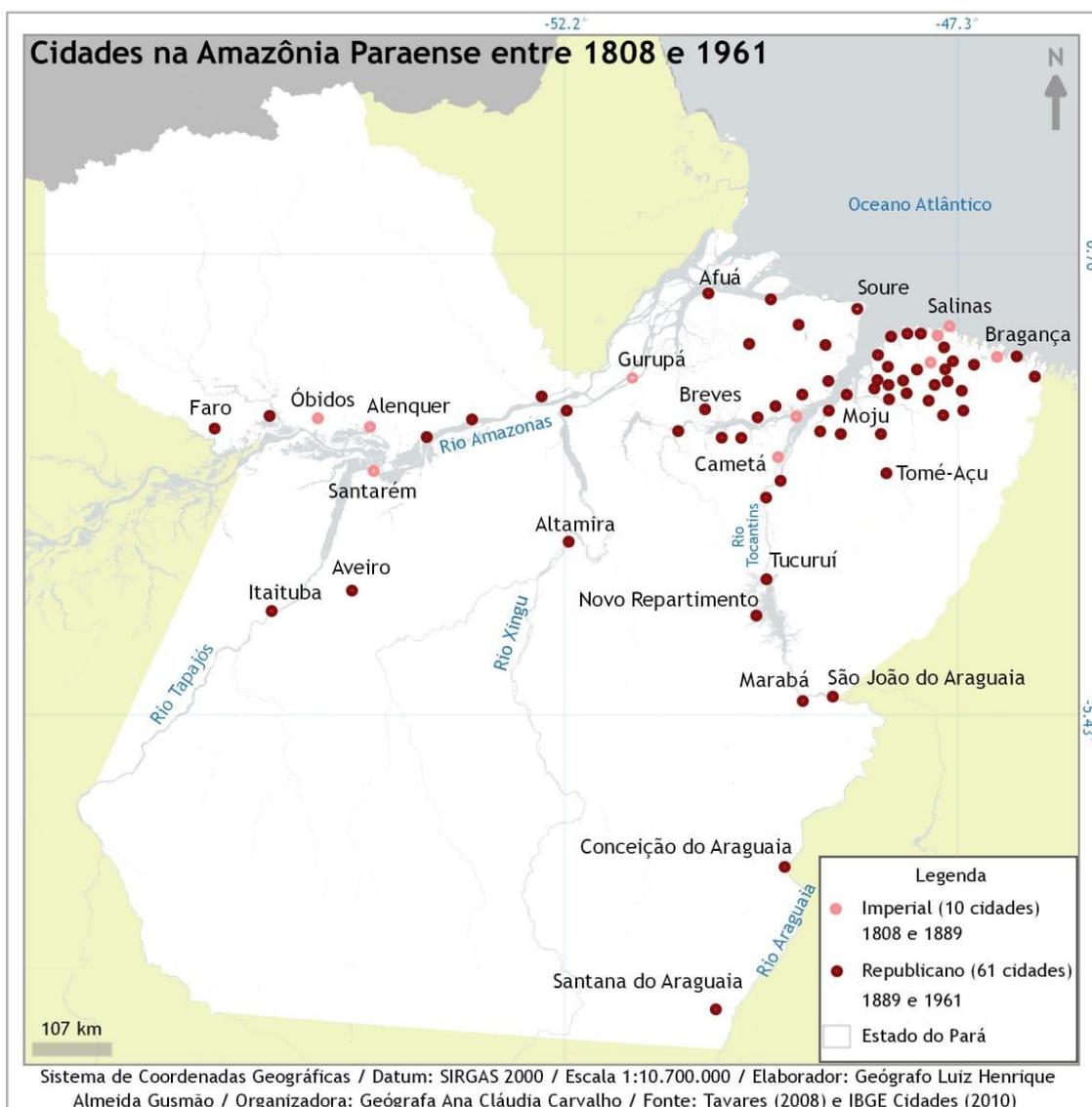
As fases de decadência econômica na Amazônia anterior ao ciclo da borracha, que nos fala Santos (1980, p. 13-14) em sua periodização econômica que compreende o período de 1800 a 1840, coincidem com esse momento de transição entre o período colonial e imperial, isso pode ter influência sobre as poucas emancipações, considerando que a fase de expansão gomífera seria de 1840 a 1910, remetem ao período imperial, indicado por Cigolini (2015) como período em que considerável número de emancipações aconteceu no Pará.

As metamorfoses espaciais testemunhadas na configuração espacial da Amazônia paraense são referentes nesse momento ao poder que é dado aos municípios, mesmo que em um primeiro momento isto se dê apenas na esfera administrativa, considerando o processo de formação territorial, gerida por um projeto colonial, o meio natural ganha novos contornos administrativos. Segundo Cigolini (2015, p. 2) em 1831 essa autonomia aos municípios é revista, com o “[...] Código Penal, instituído em 1832, que restaurou poderes policiais e judiciários, e o Ato Adicional n.º 16, de 12 de agosto de 1834, que fez alterações à Constituição, estabelecendo medidas descentralizadoras.”³

³ Apenas na Constituição de 1967, no artigo 14 e Lei complementar nº1 é que foram estabelecidos critérios mínimos de população, renda pública e consulta prévia, como requisitos, estes valiam para todo o país. Já na Constituição de 1988, no artigo 18, foram definidos que os critérios mínimos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios seriam decididos por leis complementares nos Estados.

O mapa 2 propõe a representação deste movimento de emancipação dos municípios, e a instituição das cidades, onde apresenta-se uma localização aproximada das cidades que são as sedes dos municípios, em dois períodos diferentes, no período colonial e no imperial, até o ano de 1961, que demarca o final do meio natural, a que dedica-se esta caracterização. Esta representação demonstra a quantidade de cidades e assim de municípios criados.

Mapa 2- Mapa de localização das cidades fundadas na Amazônia paraense entre 1808 a 1961.



Fonte: Organizado por Carvalho (2021) a partir de Tavares (2008).

Esta representação corresponde a uma continuação da coleção apresentada no mapa 1, um esforço de levantamento de dados que possibilita esta tentativa de representar



alguns aspectos dessa configuração espacial. Como já foi evidenciado, o fato das transformações espaciais serem dinâmicas deve-se considerar a existência de grande número de vilas que tenham sido formadas neste período representado. Além disso, nem todas as povoações se transformaram em cidades ou municípios. Existem ainda as vilas e povoados que se dividiram em dois ou mais municípios, há os que trocaram de nome neste processo, e os que se atrelaram a outras localidades.

Pode-se constatar a partir da representação o aumento na quantidade de municípios que se emancipam durante o período republicano, fruto de questões políticas que possibilitavam aos estados maior poder de decisão, onde há uma maior intenção de organizar melhor o espaço geográfico brasileiro. Período este em que para a Amazônia, pensava-se em integra-la ao todo, torna-la semelhante aos demais estados do país. É nesse momento em que a Operação Amazônia passa a ganhar forma.

De fato, em 1961 tornam-se municípios: Aveiro, Colares, Salvaterra, Bagre, São João do Araguaia, Melgaço, Senador José Porfírio, São Félix do Xingu, Santo Antônio do Tauá, Santarém Novo, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santa Cruz do Arari, Primavera, Peixe Boi, Magalhães Barata, Limoeiro do Ajuru, Jacundá, Capitão Poço, Bonito, Benevides, Augusto Corrêa. Essa explosão de municípios ocorre principalmente do desmembramento destes de algum outro já existente, possuindo determinada centralidade estas vilas se tornam municípios. Apenas Paragominas é criado em 1965, se desmembrando de Capim.

O desmembramento do Estado do Grão - Pará e Maranhão em 1772, a abertura dos portos em 1808, e a Lei de Terras em 1850, são leis que impulsionaram as transformações na configuração espacial. Torna-se importante enfatizar este movimento de apropriação e expropriação da terra, ocorrido nestes três séculos e meio, que condicionam através de um conjunto de eventos o meio natural, tornando-o contraditório. A lei de terras impõe um peso, determina que de fato aquele meio natural sai das mãos de um povo e vai para as mãos de poucos.

Estas metamorfoses espaciais tem profunda importância na formação da configuração espacial atual, da Amazônia paraense, o movimento de cada elemento espacial a seu tempo torna-se fundante, de uma nova dinâmica social. Cada um deles imprime na configuração espacial da Amazônia paraense, marcas decisórias quanto a dinâmica social do meio.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dominação portuguesa na Amazônia durante o século XVII significava seguramente “uma múltipla ocupação militar, religiosa e econômica” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 81). Alguns processos fundamentam essa produção espacial do meio natural que se configuram a partir dos novos agentes e elementos que se inserem neste espaço. Destaca-se que a natureza encontrada pelos viajantes nos dá a ideia de como o meio natural se apresentava. A presença dos europeus impõe uma intencionalidade a Amazônia paraense, construindo um meio natural caracterizado por iniciativas que resultarão, segundo Nahum (2019) em apropriação e produção do espaço, processo de expropriação da terra, monopólio da terra e monopólio da força de trabalho.

Esses são os limites impostos ao meio natural à medida que o processo de colonização na Amazônia acontece, de acordo com Wagley (1988, p. 81) foi “Nos dois primeiros séculos de regime colonial, que se formou um novo modo de vida no Vale Amazônico”. O modo de vida das tribos indígenas que aqui habitavam foi comprometido no sentido de que, a partir da presença dos europeus o trabalho e a natureza ganham outros sentidos, transformando as relações existentes entre os homens e o meio. Porém, “os europeus pouco contribuíram para proporcionar o equipamento ou os métodos técnicos que aumentassem a capacidade do homem para arrancar do ambiente amazônico o suficiente para viver” (WAGLEY, 1988, p. 81).

O conhecimento indígena sobre o meio lhes garantia a subsistência e o desenvolvimento de suas vidas em comunidade. A maneira como se relacionavam com a natureza foi praticamente destruída, por esse motivo foram escravizados, para dispor desses conhecimentos em favor dos portugueses que queriam ser servidos, a fim de alcançar regalias e acumulação de bens através da exportação dos produtos naturais colhidos na floresta.

A formação das missões, vilas, povoados, lugares e povoações assim como os demais processos instituídos no espaço, juntamente com o conjunto de intencionalidades inseridas na Amazônia paraense garantiram que o meio natural se metamorfoseasse, apresentando diferentes configurações espaciais no decorrer de suas transformações.

Os processos ocorridos no espaço vão dando forma a esse espaço que era natural, subordinado a natureza, e que se transforma aos poucos através de cada um dos processos citados a cima. Destaca-se aqui a abertura dos portos em 1808, que foi resultado de uma



gama de desejos e inquietações referentes a necessidade de se construir um diálogo internacional. A abertura do rio Amazonas a navegação internacional e com ele a introdução da navegação a vapor em concomitância a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, tais ações trarão nova dinâmica a Amazônia, especialmente ela se transformará ao ganhar novos fluxos de entrada e saída, assegurando uma maior circulação de pessoas, produtos e capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará.** / Antônio Ladislau Monteiro Baena - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas** / Henry Walter Bates; tradução Regina Régis Junqueira; apresentação Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista**, *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, École des hautes études en sciences sociales, Débats, mis en ligne le 14 mai 2006. Acessado em 17 abril 2020. URL:<http://journals.openedition.org/nuevomundo/2260>; DOI :10.4000/nuevomundo.2260

COELHO, Mauro Cesar. **Do sertão para o mar um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia o caso do diretório dos índios 1750 a 1798.** Universidade de São Paulo. São Paulo. Tese de doutorado, 2005.

MEGGERS, Betty J.. **Amazônia: A ilusão de um paraíso** / Betty J. Meggers; tradução de Maria Yedda Linhares; apresentação de Darcy Ribeiro. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. **O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa.** Clio, Recife, n. 27/1, p. 46-75, 2009.



NAHUM, João Santos. **Notas sobre a formação territorial da Amazônia paraense: do meio natural ao meio técnico.** UFPA: GDEA, 2019.

PORRO, Antônio. **História indígena do alto e médio Amazonas: século XVI a XVIII.** In. CUNHA, Manoela Carneiro. História dos índios no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia.** São Paulo: Edusp. 2008.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706).** – Belém: Editora Açá/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Terras e poder na Amazônia colonial (séculos XVII-XVIII).** Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime | Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011.

CIGOLINI, Adilar Antônio. **Ocupação do território e a criação de municípios no período imperial brasileiro.** Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 1, p.7-19, jan./abr. 2015. ISSN 1984-2201 © 2002. DOI: 10.4215/RM2015.1401.0001.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos/** Charles Wagley: tradução de Clotilde da Silva Costa. – 3. ed. – Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo. T. A. Queiroz, 1980.